

**DISCURSO DO MINISTRO LELIO BENTES
CORRÊA EM HOMENAGEM AO MINISTRO
CARLOS ALBERTO**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coelho, em nome de quem saúdo os advogados aqui presentes;

Ilustríssima Senhora Eliane Pereira de Paula, em nome de quem saúdo os familiares e amigos dos empossandos, que aqui comparecem com os corações em festa para compartilhar a alegria de momento tão significativo da história da nossa instituição;

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula;

Minhas senhoras, meus senhores.

A ocasião que se me oferece, graças à generosidade dos ilustres pares, é revestida de grande significado. Significado institucional, na medida em que marca a serena e madura transição no comando da Justiça do Trabalho brasileira; mas também significado pessoal, visto que os atores principais desse processo são dois grandes amigos que logrei fazer nestes quase dois lustros na magistratura trabalhista.

Ao Ministro João Oreste Dalazen, artífice de um dos períodos de maior fulgor da Justiça do Trabalho em tempos recentes, idealizador da premiada campanha nacional de prevenção de acidentes no trabalho, as nossas homenagens. Seu pioneirismo na organização da primeira audiência pública da Justiça do Trabalho, seu entusiasmo no desenvolvimento e implantação do processo eletrônico em todas as 24 regiões da Justiça do Trabalho brasileira e no Tribunal Superior do Trabalho e, particularmente, seu empenho na disseminação de uma cultura de direitos humanos no mundo do trabalho não serão esquecidos.

Ao Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que assume hoje o sagrado compromisso de manter acesa a chama da justiça social e de elevar ainda mais o conceito deste Tribunal e de toda a Justiça do Trabalho perante a sociedade brasileira, a nossa lealdade, fruto da admiração por seu talento e elevadas qualidades morais e intelectuais, e o nosso vibrante e integral devotamento à causa da afirmação do Direito e da Justiça.

Imperioso render homenagem, também, aos dois ilustres colegas que ladearão o Ministro Carlos Alberto nessa empreitada tão relevante: o Vice-Presidente Antônio José de Barros Levenhagen, mineiro de Baependi, legítimo representante de distinta linhagem de juristas de escol e magistrado brilhante e verdadeiramente vocacionado, e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, o paulista Ives Gandra Martins da Silva Filho, egresso dos Quadros do Ministério Público do Trabalho e festejado herdeiro de família tradicional no mundo das letras jurídicas e das artes.

Senhoras e Senhores,

Celebramos, hoje, a unidade na diversidade. O Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição atual, é caracterizado pela representação geográfica mais eclética de sua história – quatorze das vinte e quatro regiões em que é dividida a Justiça do Trabalho estão aqui representadas. Somos diversos em nossas origens, individualidades, credos e opiniões – como, de resto, também o são todas as instituições verdadeiramente democráticas. Irmanamo-nos, no entanto, na identidade de propósitos, buscando sempre, e acima de qualquer eiva de vaidade ou individualismo, a realização da Justiça Social, traduzindo-a da letra fria e distante da lei para o calor da vida cotidiana da sociedade brasileira. Unidos somos fortes, somos mais. Mais que o somatório das nossas individualidades, somos a força da instituição que é nossa vida. Superamos adversidades e desafios, desconhecemos oposição e maledicências quando, unidos, cuidamos de bem desempenhar o mister em que investidos constitucionalmente, de restituir a dignidade ao aviltado, o direito ao oprimido, a liberdade ao escravizado.

E ninguém melhor para conduzir este Tribunal rumo à sua vocação constitucional do que o humanista Carlos Alberto Reis de Paula. Esse mineiro de Pedro Leopoldo, terra prolífica em juslaboralistas e lideranças espirituais, transita com liberdade em ambas as searas. Nascido em 1944, foi criado na fazenda-modelo, onde seu pai, o agrônomo José de Paula, angariou o respeito da comunidade científica por seus conhecimentos de zootecnia, tendo organizado a Primeira Exposição Agropecuária de Pedro Leopoldo – estrondoso sucesso que atraiu visitantes de renome, entre eles Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, João Herculino e Assis Chateaubriand. Na fazenda-modelo, de que seu pai foi subchefe, Carlos Alberto teve uma infância feliz. Ali recebeu todo o amor de seus pais – e também, é claro, quando necessário, uns corretivos da mamãe Dolores, cuja austeridade moral e firmeza de princípios em muito ajudaram a moldar o caráter do nosso homenageado.

Foi na fazenda-modelo que Carlos Alberto conheceu Chico Xavier, que dali hauria seu sustento, embora sua ocupação principal já fosse dar alento aos necessitados e luz aos desamparados, em uma obra de elevação espiritual hoje conhecida em todo o planeta. Foi também ali que, mal terminada a infância, Carlos Alberto ouviu o chamado divino para dedicar-se à causa do próximo, o que o levou a ingressar, aos quatorze anos de idade, no Seminário Provincial Coração Eucarístico de Jesus, da Arquidiocese de Belo Horizonte. No Seminário estudou Latim, Grego e Francês, além de Teologia e Filosofia – esta última disciplina sob a orientação do Padre Lázaro de Assis Pinto, aqui presente para nossa alegria.

Sua inteligência incomum, habilidade social e oratória privilegiada logo se fizeram notar, angariando-lhe o respeito e a admiração de colegas, professores e da alta hierarquia eclesial. Mercê dessas qualidades, recebeu os encargos de regente dos integrantes da Ordem de São Pedro no Seminário Menor e de mestre de cerimônias do Bispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, Dom João de Rezende Costa.

Ao receber as duas primeiras ordens menores, o Ostiariato e o Leitorato, Carlos Alberto já caminhava, a passos rápidos, para a sua ordenação como sacerdote, o que deveria ocorrer antes mesmo que completasse 23 anos de idade. A essa altura, ninguém tinha qualquer dúvida quanto ao destino do nosso homenageado, após a conclusão do Seminário Maior: Roma, onde teria a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e se preparar para responsabilidades clericais da maior envergadura.

O que ninguém esperava – por certo nem mesmo o próprio Carlos Alberto – é que outro chamado, ainda mais forte, se fizesse ouvir na ocasião: um chamado secular, mas ainda assim para servir à divina causa da Justiça! Foi assim que, deixando o Seminário em dezembro de 1965, ingressou, no ano seguinte, no curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concurso vestibular em que logrou aprovação em primeiro lugar. Ali se graduou em 1970, obtendo os graus de Mestre, em 1984, e de Doutor, em 2000. Tornou-se professor do curso de Direito na mesma instituição, sendo, posteriormente, cedido à Universidade de Brasília. Graduou-se igualmente em Filosofia pela Universidade de Divinópolis em 1970. Ingressou na Justiça do Trabalho em 1972, mediante concurso público de provas e títulos em que galgou o segundo lugar, tendo sido promovido, por merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho, em 1993, e finalmente alçado ao Tribunal Superior do Trabalho, em 1998.

Como afirma São Paulo em sua Primeira Carta aos Coríntios: “há diversidade de dons, de ministérios, diferentes atividades, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos”. A Igreja perdeu um sacerdote para que a Justiça do Trabalho ganhasse um líder. Um líder determinado, empreendedor e, acima de tudo, humano. Parafraseando seu conterrâneo e nosso amigo comum José Luciano de Castilho Pereira, “Carlos Alberto abriu mão de ser príncipe da Igreja para pontificar na Justiça do Trabalho”.

Talvez a melhor forma de descrever Carlos Alberto seja por seu atributo mais óbvio: a mineiridade. A serenidade astuta, a inteligência privilegiada, o humor fino e, às vezes, letal; e, acima de tudo, a capacidade de encarar a vida

com um olhar divertido que torna tudo mais leve. Afinal, como lembra Carlos Drummond de Andrade:

“Ser Mineiro é não dizer o que faz, nem o que vai fazer, é fingir que não sabe aquilo que sabe, é falar pouco e escutar muito, é passar por bobo e ser inteligente, é vender queijos e possuir bancos.

Um bom Mineiro não laça boi com embira, não dá rasteira no vento, não pisa no escuro, não anda no molhado, não estica conversa com estranho, só acredita na fumaça quando vê o fogo, só arrisca quando tem certeza, não troca um pássaro na mão por dois voando. (...) Ser Mineiro é ser religioso e conservador, é cultivar as letras e as artes, é ser poeta e literato, é gostar de política e amar a liberdade, é viver nas montanhas, é ter vida interior, é ser gente.”

E gente como Carlos Alberto é difícil de encontrar.

Carlos Alberto, bom mineiro que é, não manda carta sem antes saber a resposta, não se assombra com as novidades do mundo, não prega prego sem estopa, não dá ponto sem nó, não perde trem. Ama a liberdade – não apenas para si, mas para todos. Por isso é Juiz do Trabalho.

Carlos Alberto ostenta, ainda hoje, na parede de seu gabinete, ao lado das muitas e merecidas homenagens que recebeu por sua atuação destacada no mundo jurídico, no movimento negro e em outras causas sociais, a ata de uma das primeiras audiências que realizou como Juiz do Trabalho Substituto, na então 12ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte. Tenho certeza de que S. Exa. administrará este Tribunal e a Justiça do Trabalho com os mesmos olhos corajosos e sonhadores de outrora, fitos nas realizações do porvir, mas com os pés no chão, cômico da origem de tudo e do idealismo que sempre orientou seus passos.

Carlos Alberto torna-se o primeiro presidente negro do Tribunal Superior do Trabalho, o que é motivo de orgulho para todos nós. Traz, em sua determinação inabalável e em seu espírito aguerrido, a força de Zumbi dos Palmares, a combatividade de Luís Gama, a nobreza de Ganga Zumba. Traz, acima de tudo, a força da essência do povo brasileiro, majoritariamente negro, e nos brinda exemplo e motivo de inspiração.

“Não sou descendente de escravos, sou descendente de seres humanos que foram escravizados”. A advertência de Makota Valdina, Mestre de Saberes Populares, Conselheira da cidade de Salvador, chama-nos a atenção para aspecto essencial do processo histórico e social, que tantas vezes nos passa despercebido. A escravidão tem lugar quando se perde de vista a condição humana que nós é

comum a todos. Em verdade, a escravidão – em qualquer tempo e em qualquer de suas formas – traduz a antítese dessa mesma condição e dos valores que lhe são inerentes, tal como proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, a escravidão, bem como seus efeitos nefastos e duradouros – entre eles a discriminação – combate-se com *humanismo*.

O ser humano precisa ser devolvido ao centro do processo de desenvolvimento e reconhecido como seu beneficiário último e razão de ser.

Essa a advertência de intelectuais de nomeada, quando do debate acerca do desafio ético lançado à sociedade contemporânea. Segundo Luis Fernando Verissimo, uma sociedade narcisista, no sentido Freudiano, na qual qualquer esforço é válido, desde que empreendido com o objetivo de alcançar o bem-estar individual. O outro, com seus sofrimentos e aflições, torna-se imperceptível, ou melhor, só se torna perceptível se de algum modo puder contribuir para o *meu* bem-estar. Como observa Frei Betto, os laços de solidariedade se perdem num mar de individualismo alimentado por uma cultura consumista que impõe padrões de consumo inalcançáveis para a grande maioria. Em consequência, temos cada vez mais e somos cada vez menos felizes.

O teólogo mineiro colhe do Evangelho de São João a verdade estarrecedoramente simples das palavras do Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida em plenitude”. Vida plena em dignidade, direitos e humanidade para *todos* – eis um objetivo que só se pode alcançar coletivamente.

José Saramago, em seu *Evangelho Segundo Jesus Cristo*, assim descreve a imagem do Cristo crucificado:

“Tem por cima da cabeça, resplandecente de mil raios, mais do que, juntos, o sol e a lua, um cartaz escrito em romanas letras que o proclamam Rei dos Judeus, e, cingindo-a, uma dolorosa coroa de espinhos, como a levam, e não sabem, mesmo quando não sangram para fora do corpo, aqueles homens a quem não se permite que sejam reis em suas próprias pessoas.”

Vive em plenitude quem é rei de sua vida, senhor do seu destino. Um homem humilhado, subjugado, violentado em seus direitos não é rei, não tem vida plena. Só a reversão para uma cultura de solidariedade e compreensão mútua, de respeito aos direitos humanos, será capaz de assegurar a cada um a soberania sobre a própria vida, restituindo-lhe o direito de sonhar e buscar a felicidade.

Franklin Delano Roosevelt, em célebre discurso dirigido ao Congresso Americano em 1941, exortava à reflexão sobre as quatro liberdades ínsitas à

vida do ser humano num estado democrático: liberdade de expressão, liberdade de crença, liberdade do temor e *liberdade da necessidade*. Em uma leitura arguta do cenário político internacional que o circundava – e de indiscutível atualidade para os dias de hoje – sentenciou:

“Um homem necessitado não é um homem livre. E é desse material que se fazem as ditaduras.”

Nesse contexto, o papel reservado à Justiça do Trabalho é de vital importância. Assegurar o primado da liberdade e da cidadania no âmbito de uma relação econômica desigual, afirmando a prevalência dos direitos humanos, é pressuposto para o pleno Estado Democrático de Direito. Para tanto, é necessária uma Justiça ágil, bem aparelhada, sensível aos reclamos de uma sociedade em constante mutação, servida por magistrados e servidores absolutamente conscientes de seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social. Uma Justiça, no dizer de Luis Fernando Verissimo, disposta a contrariar interesses e revolucionar costumes, transformando em ação concreta a retórica da mudança e da justiça social.

Invocando H.L. Mencken, o escritor gaúcho lembra: “a injustiça é relativamente fácil de aturar; é a justiça que fere”. É nossa vocação, então, ferir, causar incômodo. Incomodar os que abusam do poder econômico ou político; incomodar os que insistem em não reconhecer no próximo os predicados de dignidade e valores intrínsecos que o caracterizam como ser humano; incomodar as nossas próprias consciências quando adormecidas no sono letárgico da indiferença...

Indiferença é algo que jamais vi na conduta do Ministro Carlos Alberto. Paixão, inquietude, inconformismo, sim.

Carlos Alberto alcança, hoje, o ápice da sua profícua trajetória na Justiça do Trabalho. Felizes de nós, que nos podemos fazer testemunhas desse momento histórico. Feliz de ti, meu caro amigo, que recebe, hoje, esse imenso fluxo de energia positiva e revigorante. Olha à tua volta, com os olhos do teu corpo físico: teus amigos se rejubilam e emanam vibrações de alegria e paz. Olha à tua frente, com os olhos do coração: tua querida esposa, Eliane, teus irmãos, tuas filhas, genros e netos cobrem a tua figura com olhares doces e cheios de orgulho amoroso. Olha um pouco além, com olhos da alma: quanta gente querida ora por ti desde as esferas celestes, enquanto os anjos te ungem com as bênçãos do Senhor porque gloriosa é a tua missão!

Querido amigo, caríssimo Presidente Carlos Alberto Reis de Paula, eu também desejo somar-me, assim como os pares por quem falo, à legião de ami-

gos que te abraçam nessa egrégora benfazeja de vibrações positivas e pura luz divina. Lembro, com Chico Xavier, que “o homem interior se renova sempre. A luta enriquece-o de experiência, a dor aprimora-lhe as emoções e o sacrifício tempera-lhe o caráter. O Espírito encarnado sofre constantes transformações por fora, a fim de acrisolar-se e engrandecer-se por dentro”. E que “Deus nos concede, a cada dia, uma página de vida nova no livro do tempo. Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta”.

Ao escrever essas páginas especiais no livro da tua vida, Carlos Alberto, desejo que sempre reconheças, no espelho celebrizado por Fernando Sabino, o menino que, no pomar duma casa na fazenda, sonhou em levar a todos as palavras do Cristo, em ensinar que todos os seres humanos são iguais em valor e direitos, em saciar aos que têm fome e sede de Justiça. Desejo que o brilho encantador dos olhos do menino jamais se apague dos teus, e que os passos de sonho do menino marquem a trilha por onde se concretizarão teus atos de grandeza e amor ao próximo.

Que Deus te abençoe!